

CONFLITOS AGRÁRIOS E A AGROINDÚSTRIA CANAVIEIRA EM CASTILHO-SP

*Dóri Edson LOPES**

Resumo: Este trabalho apresenta um estudo de caso do município de Castilho-SP com relação aos problemas gerados pela desigual formação de sua estrutura fundiária e as conseqüências sociais que isso trouxe. E para que se pudesse entender melhor o problema foi feito um breve relato histórico da questão agrária brasileira e sua injusta distribuição de terras. Diante disso é importante analisar as contradições do sistema e os fatores de mudança que daí surgem, e o que nasceu desse processo onde muitos não têm nada e poucos têm muito foram as insatisfações populares, juntamente a elas as reivindicações por uma melhor distribuição da terra no campo. Assim, é dentro desta perspectiva de luta que analisamos os conflitos agrários no Município de Castilho-SP e seus resultados na reconstrução do território. Considera-se também neste estudo o atual avanço do capital agroindustrial e as novas formas de exploração da renda da terra que começam a surgir no território castilhense, onde grandes extensões da superfície passam a ser ocupadas pela monocultura canavieira. Ao mesmo tempo surgem novos desafios e dificuldades aos movimentos sociais que reivindicam a reforma agrária neste local.

Palavras-Chave: Estrutura agrária, Territorialização, Conflitos, Reforma agrária, Capital agroindustrial.

* Graduado em Licenciatura e Bacharelado em Geografia pela UFMS – CPTL dorilopes05@yahoo.com.br .
Texto adaptado da monografia intitulada: “O processo capitalista de ocupação do território em Castilho-SP: suas contradições, conflitos e novos desafios em sua reestruturação”, defendida em 2006 para obtenção do título de Bacharel em Geografia pela UFMS e tendo como orientadora deste trabalho Dr. Rosemeire Aparecida de Almeida raal@ceul.ufms.br, professora adjunta do curso de graduação e pós-graduação em Geografia DCH/ CPTL/UFMS.

Abstract: This paper presents a case study from a city named Castilho, in state of São Paulo, related to problems due to the unbalanced organization of its agrarian structure and to the social consequences from this fact. To contribute to understand the problem in a better way, a brief historical report about agrarian culture in Brazil was made, as well as about unequal distribution of land. In this way it is important to analyze the contradictions in the system and the changes that occurred in it. The origin of a situation where many people have nothing, and a few people have a great amount was created, what led to great popular unrest and demands for a better distribution. Agrarian conflicts occurred in Castilho and the consequences for the reconstruction of the territory will be analyzed from the perspective of the fighters. This paper will also consider the advance of agro industrial capital and the new forms of exploitation of income from the land which appear in Castilho's surroundings, where great extensions of land are being occupied by monoculture of sugar cane. At the same time new challenges and difficulties for social movements which asks for agrarian reforms in this place.

Word-keys: Agrarian structure, land demarcation, agrarian reform, agro-industrial capital.

1 – INTRODUÇÃO

Neste estudo pretende-se analisar o processo de ocupação do território no Município de Castilho-SP ao longo dos anos, com ênfase no resgate histórico e na investigação dos fatores de formação da atual estrutura fundiária, bem como discutir a importância dos movimentos sociais que lutam pela terra neste município e que é possuidor de um longo histórico de conflitos, envolvendo de um lado grandes latifundiários de terras e, de outro, aqueles que buscam uma oportunidade de recriação dentro do sistema.

Apresenta-se assim, nesta pesquisa, um breve relato que procura evidenciar a maneira como se deu o processo de ocupação do território em Castilho-SP formador de uma estrutura fundiária desigual e geradora

de muitas disputas. Pretende-se ainda analisar os novos desafios que os movimentos sociais têm enfrentado com a chegada da agroindústria canavieira, o que tem alterado não só a paisagem do município, mas principalmente as perspectivas daqueles que sonham e lutam pela reforma agrária.

2 – ANÁLISE TEÓRICA DA QUESTÃO AGRÁRIA BRASILEIRA

Para se discutir e entender melhor a questão agrária em qualquer parte do Brasil é importante analisar o histórico nacional da ocupação e colonização do território brasileiro ao longo dos séculos. O problema agrário brasileiro nasceu junto com o modelo de colonização adotado pelos portugueses e foi piorando ao longo dos séculos. Os portugueses usavam o método de concessões de terras na ocupação de sua colônia, método chamado de Sesmarias.

A terra era vista como parte do patrimônio do rei, como domínio da Coroa, e sua aquisição decorria de uma doação pessoal, seguindo os méritos dos pretendentes e os serviços por ele prestados à Coroa (BECKER & EGLER, 1994, p.41).

No final do século XIX o Brasil havia deixado de ser colônia de Portugal, depois de mais de três séculos de exploração, fato que não significou necessariamente o fim das injustiças sociais e das políticas de distribuição desigual do extenso território brasileiro.

No ano de 1850 surgiu a Lei de Terras, determinando que a partir daquele momento todas as terras do Brasil seriam consideradas devolutas, ou seja, terras de propriedade do Estado, com exceção daquelas áreas que o ocupante pudesse legitimar por meio de um documento a existência de sua posse antes da implantação da referida lei, o que criou condições para a grilagem de terras; ou pela compra junto ao Estado, o que transformou a terra em mercadoria.

Para Almeida e Paulino (2000), a criação da Lei de Terras em 1850 representa uma espécie de divisor de águas do campesinato brasileiro, pois quando a terra passa a ser considerada como uma mercadoria se evidencia a divisão de classes da sociedade, fazendo com que a diferença deixe de ser étnica (brancos *versus* negros, índios,

mestiços) como era comum nos tempos de Sesmarias, e passa a ser somente econômica (ricos *versus* pobres). Esta condição criou o que Martins (2002) classifica de o “cativo da terra”, pois praticamente aprisionou a classe trabalhadora ao salário.

As plantações de monocultura para exportações como cana-de-açúcar, café e a pecuária, ajudavam a alavancar o processo de ocupação do território brasileiro que avançava pelo litoral em direção ao interior do país. Segundo Monbeig (1984), nessa época, grandes fazendeiros e comerciantes puderam acumular muito capital com o comércio de café, o que permitiu a compra e grilagem de muitas terras no estado de São Paulo, agravando assim as desigualdades na distribuição das terras.

Mas um fato muito importante, que criou um verdadeiro poço de distância entre os que têm muito e aqueles que nada têm, em relação à estrutura fundiária do Brasil, veio com a ditadura militar e seu plano de modernização da agricultura, que também pode ser compreendido como plano de expansão do grande capital no campo. Durante esse processo aconteceram várias expropriações de pequenos camponeses, o que Graziano da Silva (1981), classifica de “modernização dolorosa”.

O programa político de modernização do campo apresentava no início da década de 1970 resultados que segundo expressa Graziano da Silva (1981, p. 80), representa um fenômeno de “engolimento da grande propriedade diante das pequenas”. Foi nesse período de modernização da agricultura, que o estado de São Paulo viu sua dependência por alimentos básicos crescer, mesmo tendo a agricultura mais desenvolvida do país.

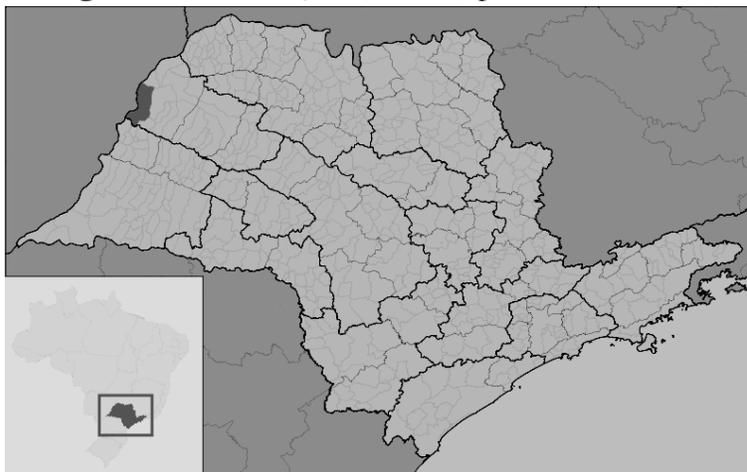
Segundo Graziano da Silva (1981, p. 82-83), entre as décadas de 1950 e 1970, o estado mais rico da nação teve a produção de arroz diminuída em 1,9% e a de feijão em 2,4%, sendo que no mesmo período a sua população cresceu cerca de 3% ao ano. Este processo analisado até aqui se refletiu por toda a parte do Brasil e do estado de São Paulo, se expressando com peculiaridades típicas de cada lugar, mas que envolvia um mesmo contexto de expropriações. Assim, Castilho-SP também sofreu as conseqüências de políticas voltadas a beneficiar poucos em detrimento de muitos, constituindo, nesse processo sua própria história.

3 – A QUESTÃO AGRÁRIA EM CASTILHO-SP

O município de Castilho-SP localiza-se na região Noroeste do Estado de São Paulo, a cerca de 650 km de distância da capital, fazendo divisa com o Estado de Mato Grosso do Sul e a cidade de Andradina-SP. Segundo o Censo 2000, Castilho-SP tem uma população de 14.948 habitantes, sendo que 11.959 pessoas são residentes da zona urbana e 2.989 pessoas são moradoras da zona rural.

Com grande extensão territorial, uma das maiores do Estado, possui uma área de 1.094 quilômetros quadrados com uma densidade demográfica de 14,07 habitantes. O relevo é de planalto com baixas elevações e o clima tem característica de ser seco no inverno e chuvoso no verão. É um município cortado pelos rios Rio Aguapeí, Rio Tietê e Rio Paraná.

Figura 1 – Localização do Município de Castilho-SP



Fonte: Disponível em: <<http://pt.wikipedia.org/wiki/Castilho>>.
Acesso em: 7 set. 2006.

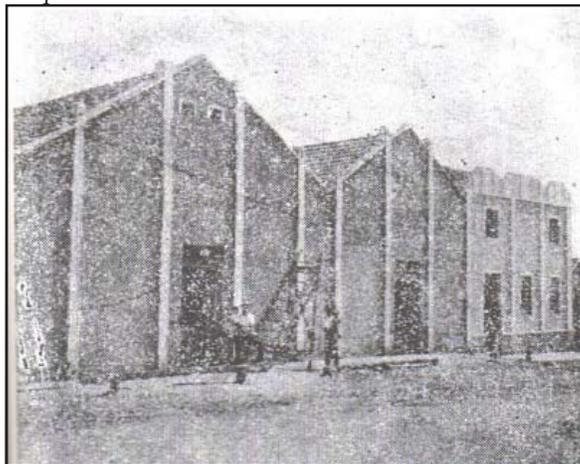
A formação desse município se deu primeiramente como forma de patrimônio que era conhecido como Vila Cauê, nascida em 1934, da doação de parte de uma fazenda. Logo após a formação do patrimônio chega a estação ferroviária que em 3 de Março de 1937 é inaugurada levando o nome do engenheiro responsável por sua construção, Alfredo de Castilho, nome este que seria dado também a

pequena vila e que posteriormente seria apenas Castilho, onde em 30 de dezembro de 1953 torna-se município.

No início, o município tinha como característica maior a atividade produtiva em áreas arrendadas por colonos, estes abriam as matas com machado e tiravam os troncos com picareta, preparavam o solo para receber a enxada e o arado, depois de tudo pronto, constantemente o fazendeiro arrendava a propriedade para as mesmas pessoas que deram duro para deixar sua fazenda limpa, estes trabalhadores não tinham alternativa e só lhes restava pagar uma renda, pagar um tributo pelo direito de uso dessas terras.

Nos arrendamentos de Castilho eram produzidos variados produtos como banana, milho, café e principalmente arroz e algodão. O trabalho nos arrendamentos era do tipo familiar e por muito tempo esse tipo de atividade agrícola assentada no trabalho dos arrendatários representou a maior fonte de desenvolvimento do município, a prova da importância que tinha essa atividade na economia local estava estampada no tipo de comércio que se desenvolveu na cidade. A produção de arroz e feijão e algodão era tão significativa ao ponto de existirem máquinas de beneficiar esses produtos espalhadas área urbana do município.

Figura 2 – Antiga Máquina de Beneficiar Arroz Santo Antônio, uma das que Estavam Instaladas no Centro da Cidade.



Fonte: Silva (2000, p.50)

Logo, a opção pelas pastagens por parte dos fazendeiros aliada a crise econômica dos arrendatários significou um duro processo de expropriação da terra que muita gente foi vítima. Por vezes jagunços de grandes fazendeiros agiam de forma violenta na expulsão de camponeses, exemplo disso está no caso da fazenda Pendengo, conforme consta em Fernandes (1999, p.144).

Os dados sobre o êxodo rural não deixam dúvidas, que em Castilho houve um intenso processo de expropriação de pequenos produtores rurais, fossem de suas propriedades, fossem de seus arrendamentos, o fato é que muitos deixaram o campo e foram morar na cidade tendo que se assalariar, pois já não podiam contar com a terra em seu próprio sustento.

Tabela 1 - Distribuição de Habitantes do Município de Castilho-SP ao Longo das Últimas Décadas.

Ano	Zona Urbana	Zona Rural	Total habitantes
1960	3.008	10.131	13.139
1970	8.245	7.084	15.329
1980	8.078	4.168	12.246
1991	10.837	3.771	14.608
1996	12.184	3.081	12.265
2000	11.959	2.989	14.948

Fonte: Secretaria do IBGE de Andradina-SP - Setembro de 2006.

É interessante notar a velocidade de inversão do número de habitantes entre a zona urbana e a rural nos anos de 1960 a 1980. Em vinte anos a cidade já possuía o dobro de habitantes em relação ao campo. São números do período da ditadura militar e sua política de incentivo aos grandes proprietários e a atividade de monocultura no país, classificado por Graziano da Silva (1981) como “modernização dolorosa” e “engolimento das pequenas propriedades pelas grandes”.

A cidade não oferecia condições de vida para tantas pessoas que chegavam do campo o que levou muitos a irem embora de Castilho-SP. E foi essa condição de expropriação de seus meios de produção e falta de perspectivas que acendeu em muitos o desejo e a necessidade de lutar por seu espaço.

A região de Andradina, onde está localizado o município de Castilho-SP, é um dos locais de gênese do MST no Brasil, e pioneira desse movimento social no estado de São Paulo.

A história dos conflitos por terra nessa região começa na fazenda Primavera, localizada entre os municípios de Andradina, Nova Independência e Castilho. No final dos anos de 1970, posseiros e um fazendeiro que grilava terras entraram em conflito, marcando o que Fernandes (1999, p.88) chama de “o início de um processo de organização do Movimento no Estado”.

Os posseiros se uniram e organizaram formas de reivindicar junto às autoridades competentes o direito de continuarem no local onde eles tiravam o sustento da família.

A vitória dos posseiros da Primavera aconteceu no dia 8 de Julho de 1980, quando o então Presidente Figueiredo assinou o Decreto de desapropriação nº 84.877, declarando os 9.385 hectares da fazenda para fins de desapropriação. (FERNANDES, 1985 apud FERNANDES, 1999, p. 94).

Para Fernandes (1999, p.97) “a conquista das terras da fazenda Primavera abriu caminho para novas lutas”. A partir daí o movimento intensifica sua forma de organização e passa a se espacializar pela região, sendo que no início da década de 1980 é realizado em Andradina-SP um encontro com a presença de mais de mil e duzentos trabalhadores de vários municípios.

Outra experiência importante e que ilustra o início desse processo de organização foi vivida pelos ribeirinhos do rio Paraná em Castilho-SP que haviam perdido suas terras devido a construção da Usina Hidrelétrica de Jupiá e o conseqüente represamento do rio. As famílias reivindicaram e também saíram vitoriosas, sendo reassentadas no local que é chamado atualmente de Reassentamento Jupiá.

Em Março de 1989 um grupo de cento e trinta famílias ocuparam a fazenda Timboré de 3.393 hectares que fica localizada entre os municípios de Andradina-SP e Castilho-SP. A fazenda Timboré havia sido vistoriada pelo INCRA e declarada como de interesse social para fins de reforma agrária. O processo de desapropriação dessa fazenda perdurou por muito tempo, mas os trabalhadores saíram vitoriosos.

Hoje, conforme a secretaria do MST e do SINTRAF regional, existem no município em questão sete acampamentos.¹ Segundo o INCRA existem em Castilho onze assentamentos que juntos possuem aproximadamente 10.000 (dez mil) hectares de terras desapropriadas e 600 famílias assentadas.

Figura 4 – Acampamento Nova Canaã, em Castilho-SP



Fonte: Trabalho de campo, 2006.

Os conflitos entre os trabalhadores rurais sem terra versus o latifúndio coberto por pastagens começaram a mudar em meados dos anos de 1990, quando a prefeitura do município passou a investir na construção de uma Usina de Álcool com recursos próprios, este empreendimento nunca chegou a ser finalizado devido a problemas de irregularidades em sua construção, mas abriu caminho para a mudança da paisagem e da relação de grandes proprietários com suas terras, que viram nessa iniciativa a possibilidade de ganhos com arrendamentos para a plantação de cana-de-açúcar.

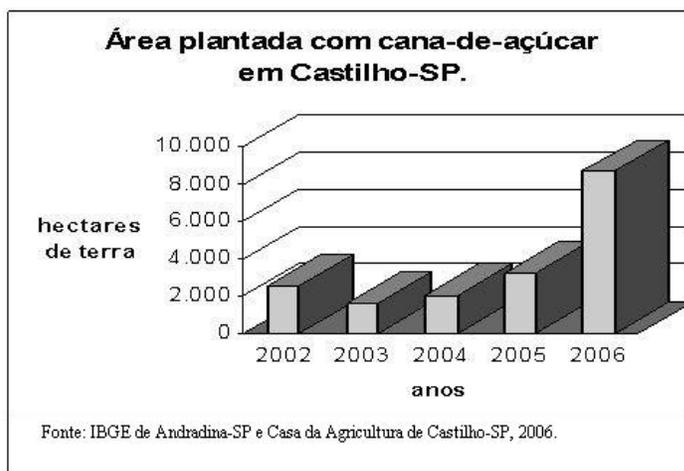
¹ Dados de 2006.

No dia 27 de junho de 2006, dez anos depois do início da destilaria de álcool que nunca funcionou, foi inaugurada a Usina de Álcool Virálcool, terceira usina de produção de álcool e açúcar do Grupo Toniello, grupo este proveniente da região de Ribeirão Preto/SP, atraído pela mão-de-obra ociosa e terras baratas.

A fértil terra roxa ficou cara demais para um plantio que agora exige custos cada vez mais baixos. O resultado é que as tradicionais usinas de Ribeirão Preto estão expandindo suas atividades fora da região. Calcula-se que mais de 15 projetos serão desenvolvidos no Oeste paulista, perto de Araçatuba. (STEFANO, F.3 dez. 2003).

Este empreendimento acelerou em muito o processo de ocupação da cana-de-açúcar que já vinha ocorrendo nas terras do município. O gráfico a seguir dá uma idéia da dimensão que tomou esse tipo de monocultura.

Gráfico 1:



Como se percebe nesse gráfico, a partir do ano de 2005 a área plantada com cana-de-açúcar dobrou de tamanho, coincidindo com as obras da usina de álcool Virálcool.

A principal maneira utilizada para o plantio da cana-de-açúcar em Castilho-SP tem sido os arrendamentos, o que tem levado muitos a

ocuparem as terras que antes estavam ociosas e também levar a outros a abandonarem antigas atividades, principalmente a criação de gado. Como Castilho representa um importante foco de reivindicações e de lutas pela reforma agrária dentro do estado de São Paulo e até mesmo do Brasil, a possibilidade de arrendamento das terras ao capital industrial tornou-se uma maneira de manter intocada pelo latifundiário a propriedade de grandes extensões de terra. Isso porque quando o INCRA é acionado a vistoriar uma determinada fazenda tem como parâmetro de análise certo nível de produtividade para declará-la como produtiva ou improdutiva. Se o último caso se confirmar a área estará apta a ser desapropriada para fins de reforma agrária. Neste caso os arrendamentos para o plantio de cana-de-açúcar em grandes fazendas têm dificultado o processo de reforma agrária.

Para aqueles que reivindicam uma distribuição mais justa do território, a partir desse momento o foco das lutas passa para um novo inimigo, o grande capital agroindustrial ou o chamado agronegócio. Para Renê Parren, coordenador do MST da região de Andradina-SP, o tempo também age contra a reforma agrária, pois a cada dia que passa mais fazendas estão sendo tomadas pelas plantações canavieiras.

Em Castilho-SP esta nova tendência de polarizar a luta pela reforma agrária entre os movimentos sociais existentes no município e o grande capital industrial da Usina de Álcool Virálcool II começa a se manifestar, prova disso é o caso da fazenda Santo Antônio que possui uma área de 700 hectares e que havia sido decretada como improdutiva, mas mesmo tendo o processo de reforma agrária em andamento foi arrendada para a plantação de cana.

Outro exemplo é o caso da fazenda Pendengo, lá o INCRA também já a decretou como uma propriedade improdutiva e mesmo assim também foi arrendada à usina de álcool Virálcool II para o plantio de cana-de-açúcar dificultando o processo de reforma agrária desta fazenda, pois a partir do momento em que o fazendeiro teve suas terras arrendadas para o plantio canavieiro ele passou a recorrer constantemente à justiça para retardar o processo de desapropriação, alegando que a área se encontra em atividade produtiva.

Esses são casos que podem demonstrar como vai se revelando essa disputa pela terra em Castilho-SP e a nova formação do território

que vai se desenrolando, onde o grande capital se apresenta como uma promessa ideológica de desenvolvimento, mas que ao mesmo tempo gera suas contradições. Basta imaginar um cortador de cana-de-açúcar ganhando R\$ 0,23 (vinte e três centavos) pelo metro de área cortada, segundo os próprios trabalhadores². Esta discussão efetivada em Castilho-SP, ou melhor, essa ideologia de uma política desenvolvimentista, totalmente voltada para a ampliação do trabalho assalariado por meio do investimento e incentivo ao grande capital, se apresenta como um grave equívoco social, econômico e político. Novas categorias de inclusão e até mesmo de transformação devem ser debatidas e uma delas é a reforma agrária.

4 – CONSIDERAÇÕES FINAIS

No contexto capitalista de ocupação do espaço e de apropriação da terra como fonte de sujeição de sua renda, onde esta renda é paga por toda sociedade, bem como de um Estado dominado pelas elites, há que se considerar que a dominação sobre os meios de produção e, conseqüente exploração do trabalho alheio, tornam-se indispensáveis para a manutenção de tal ordem.

O exemplo que deixa explícito o desejo de uma classe minoritária dominar uma maioria, no Brasil, fica evidente com o surgimento da Lei de Terras de 1850.

Nesse sentido Castilho-SP também foi alvo de uma estruturação do território de forma desigual e injusta. Isso se fez por meio de um processo que muitas vezes se apresentou de forma violenta e impondo às pessoas o trabalho assalariado das cidades como uma única saída para a sobrevivência.

Diante do enorme êxodo rural verificado nesse município em curto espaço de tempo, a falta de oportunidades na cidade e o desejo do trabalhador do campo em permanecer em seu *habitat*, fizeram com que surgissem as condições para que os excluídos tomassem uma posição e se organizassem reivindicando melhores oportunidades na sociedade, lutando pela distribuição mais eqüitativa do território e resistindo a

² Dados de 2006.

uma ordem vigente de exclusão. As conquistas referentes a uma melhor distribuição das terras em Castilho-SP, onde o processo de espacialização e territorialização (Fernandes 1999) agiram conjuntamente, deixou o exemplo de que os sujeitos sociais que formam os movimentos de luta pela terra são capazes de transformar o espaço geográfico.

Mas apesar destas inegáveis conquistas, as atuais reivindicações dos acampados que lutam por mais oportunidades começam a enfrentar um novo desafio, agora a luta é também contra o grande capital, que chega travestido de moderno no município em questão e revela-se como mais um obstáculo a ser superado por aqueles que pleiteiam terra para trabalhar e sobreviver sem ter que se sujeitar as migalhas do trabalho assalariado no corte de cana-de-açúcar, ou em qualquer outro ramo, onde os salários estão cada vez mais defasados e os trabalhos cada vez mais duros.

Ao concluir este trabalho fica a certeza de que o processo de desenvolvimento capitalista baseado na concentração do capital e da terra existente no Brasil se reflete em Castilho/SP. Por outro lado esses são fatos que geram em suas contradições as condições para a superação de tal ordem, assim a mesma dinâmica que cria uma sociedade desigual, também está criando o “germe de sua destruição” (Marx) e as lutas por um espaço geográfico mais justo em Castilho são o testemunho disso.

5 – REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, Rosemeire A. **A Questão da terra no noroeste paulista: acesso e permanência.** In: 1ª Semana de História/FIRB. Andradina-SP. Maio/2006. p. 1-20.

ALMEIDA, R. A.; PAULINO, E. T. **Fundamentos teóricos para o entendimento da questão agrária: breves considerações.** In: Geografia – Revista do Departamento de Geociências. Londrina. ed. UEL, v. 09, p. 113-126, jul/dez, 2000.

BECKER, K. B.; EGLER, C. A. G. **Brasil uma nova potência regional na economia mundo.** 2ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1994, p. 37-88.

EUSTÁQUIO, M. **Virácool chega para mudar a historia de Castilho e região.** Jornal Impacto, Andradina-SP, 27 jun. 2006.

FERNANDES, Bernardo M. **MST-Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra: formação e territorialização em São Paulo.** 2ª ed. São Paulo: Hucitec, 1999.

GRAZIANO DA SILVA, José. **A modernização dolorosa.** Rio de Janeiro. Zahar, 1981.

INCRA. Disponível em <http://www.incra.gov.br> . Acesso em 10 Maio de 2006.

MARTINS, José S. **Os camponeses e a política no Brasil: as lutas sociais no campo e seu lugar no processo político.** 2ªed. Petrópolis-RJ: Vozes, 1983.

_____. **O cativo da terra.** 7ª ed. São Paulo: Hucitec, 1998.

MONBEIG, Pierre. **Pioneiros e fazendeiros de São Paulo.** Tradução: Ary França e Raul A. Silva. São Paulo: Hucitec, 1984.

OLIVEIRA, Ariovaldo. U. **A renda da terra.** In: Modo capitalista de produção e agricultura. 3ª ed. São Paulo: Ática, 1990. p. 73-78.

PEREIRA, L. N. **Acampados fazem vigia e Joni tenta “escapar pela Tangente”** Jornal sem Limites, Castilho-SP, 14 jun. 2006

SILVA, Vicente F. **Castilho: sua história, ascensão, descendência e origem.** Castilho-SP: [s.n.], 2000.

STEFANO, Fabiane. **Os doces caminhos da cana.** Isto É, São Paulo, 03 dez 2003. Economia. Disponível em: < http://www.terra.com.br/istoedinheiro/327/economia/327_cana.htm> Acesso em: 15 jun. 2006.

Recebido para publicação em 10 de agosto de 2007.
Aceito para publicação em 09 de setembro de 2007.